

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Documentação (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Especialização em Contabilidade Pública

Vanildo da Cunha Menezes

RECEITA DECORRENTE DO PODER JURISDICIONAL DA UNIÃO

Brasília
2008

Professor Doutor Roberto Armando Ramos de Aguiar
Reitor *Pro Tempore* da Universidade de Brasília

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Inf. e
Documentação

Professor Doutor Paulo Roberto Barbosa Lustosa
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Jorge Katsumi Niyama
Coordenador Geral do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis

Vanildo da Cunha Menezes

RECEITA DECORRENTE DO PODER JURISDICIONAL DA UNIÃO

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão do curso de Especialização em Contabilidade Pública e obtenção do grau de Especialista.

Orientador: Prof. PHD Renato Brown Ribeiro Júnior

Brasília
2008

MENEZES, Vanildo da Cunha

Receita decorrente do Poder Jurisdicional da União / Vanildo da Cunha Menezes --
Brasília, 2008.

Quant pp. 45

Monografia (Especialização em Contabilidade Pública) – Universidade de Brasília,
2008.

Bibliografia.

1.Receita 2.Despesa 3.Custas 4.Orçamento

I.Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e
Documentação da UnB.

II.Título. Receita Decorrente do Poder Jurisdicional da União

Vanildo da Cunha Menezes

RECEITA DECORRENTE DO PODER JURISDICIONAL DA UNIÃO

Monografia defendida no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão do curso de Especialização em Contabilidade Pública e aprovada pela seguinte comissão examinadora:

Prof. PHD Renato Brown Ribeiro Júnior
Orientador – Universidade de Brasília

Examinador – Universidade de Brasília

Brasília, ____/12/2008

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Dinalvo e Odelize, pela demonstração de amor incondicional.

A Renata, minha esposa, pelo amor sincero, carinho e compreensão permanente.

A todos: professores, em especial ao Prof. Renato, administrativos, colegas e amigos pela contribuição no alcance deste objetivo

RESUMO

O presente trabalho estuda a “Composição das Receitas decorrentes do Poder Jurisdicional da União”. Para tanto, necessário se faz com que este estudo responda a duas questões fundamentais: qual é o montante da receita oriunda do Poder Judiciário, ou seja, quais ingressos são formados a partir da atividade jurisdicional do estado? Do outro lado, pretende-se indagar, de forma relativa, quanto daquele montante faz frente à despesa total do Poder Judiciário Federal?

Com este intuito será apresentado, inicialmente, o conceito de receitas do ponto de vista do Manual de Procedimentos da Receita consoante portaria conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e da Secretaria de Orçamento Federal - SOF.

Em seguida, o autor deste trabalho, demonstra a classificação da receita e seus estágios conforme a doutrina e o Manual Técnico Orçamentário – MTO/SOF.

Será apresentado a fundamentação constitucional e legal das receitas judiciárias, valores absolutos arrecadados nos anos de 2003 a 2007, e, a porcentagem das receitas judiciárias frente ao montante do dispêndio do Poder Judiciário.

Palavras-chaves: Receita. Despesa. Custas Judiciais. Taxas. Orçamento.

SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento

CF – Constituição Federal

CTN – Código Tributário Nacional

LGFP – Lei Geral de Finanças Públicas

DOU – Diário Oficial da União

MTO – Manual Técnico Orçamentário

SOF – Secretaria de Orçamentos e Finanças

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCU – Tribunal de Contas da União

STJ – Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. METODOLOGIA	11
3. RECEITA PÚBLICA	12
3.1. Conceito	12
3.2. Classificação (Doutrina)	17
3.3 Classificação Legal da Receita	20
4. RECEITAS DECORRENTES DO PODER JURISDICIONAL DA UNIÃO	24
4.1 Composição do Poder Judiciário Federal	24
4.2 Fundamentos legais para a instituição de taxa	24
4.3 Classificação Orçamentária das Custas Judiciais	28
5. DIFERENÇA ENTRE CUSTAS E EMOLUMENTOS	30
6. RECEITAS DE CUSTAS X DESPESA TOTAL DO PODER JUDICIÁRIO	32
7. RECEITA TOTAL DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL	37
8. CONCLUSÃO	38
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
10. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	42

1. INTRODUÇÃO

A Emenda Constitucional de nº 45/2004, conhecida como a emenda da reforma do Poder Judiciário, acrescentou ao art. 98, o parágrafo segundo, que dispôs o seguinte:

“§ 2º As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.”

Essas custas eram recolhidas aos cofres públicos em uma rubrica genérica do Tesouro, sem uma vinculação direta dos recursos arrecadados. O que a Constituição estabeleceu foi a afetação dessas receitas para o orçamento do Poder Judiciário. Como trata de uma taxa, conceito que veremos em detalhe mais a frente, além de ter o respaldo constitucional, refere-se a um tributo que por natureza tem a destinação definida desde a sua instituição.

A questão era que esses recursos eram utilizados das mais diversas maneiras, e para fins, muitas vezes, que não representava uma contraprestação direta ou benefício direto, objetivo típico de destino deste tributo.

Uma das formas de aplicação das custas judiciais dava-se pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994, que criou o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e deu outras providências, ao afirmar no art. 2º, inciso VII, o seguinte:

Art. 2º Constituirão recursos do FUNPEN:

(...)

“VII - cinquenta por cento do montante total das custas judiciais recolhidas em favor da União Federal, relativas aos seus serviços forenses;”

Todavia, estes arranjos fiscais foram eliminados aos reclames, é claro, das unidades beneficiadas da administração, haja vista a possível diminuição ou restrição de receitas.

Assim, normas oriundas do poder legiferante foram vetadas para adequação das transferências dos recursos para os entes públicos e cumprimento da prescrição constitucional. Citamos por exemplo, a mencionada lei complementar, que foi objeto de justificativa para o veto da Presidência da República à Lei Complementar de nº 121, de 09 de fevereiro de 2006, na assertiva de que a Fazenda Nacional não podia mais dispor de qualquer maneira dos recursos arrecadados com custas judiciais.

No excerto da Mensagem de nº 78, de 9 de fevereiro de 2006, que traz o veto ao Projeto de Lei de nº 141, de 2005 - Complementar (nº 187/97 - Complementar na Câmara dos

Deputados), posteriormente, Lei Complementar de nº 121, de 09 de fevereiro de 2006; que "Cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e dá outras providências", assevera o seguinte:

Assim, as custas judiciais, importante fonte de receita do FUNPEN prevista no art. 2º, inciso VII, da Lei Complementar nº 79/94, deixou de auxiliar as unidades da Federação no financiamento de projetos voltados para o aprimoramento de seus sistemas penitenciários. Para se ter uma idéia, as custas judiciais representaram 30% das dotações orçamentárias do FUNPEN no Orçamento Geral da União de 2003 e 36% das de 2004. Já em 2005, as custas representaram 34% do orçamento do FUNPEN, mas foram transformadas, via crédito (troca de fonte) em recursos Ordinários do Tesouro (fonte 100) justamente por força da Emenda Constitucional nº 45/2004.

Nesse contexto, podemos vislumbrar que as receitas decorrentes do Poder Jurisdicional do Estado, ou seja, aquelas alcançadas no ofício da justiça, na rubrica custas ou emolumentos judiciais, para ser mais exato e de acordo com a classificação orçamentária, poderão ser empregadas nos dispêndios das várias cortes de decisão como a trabalhista, eleitoral, militar, federal, estadual e justiça comum.

No decorrer deste estudo, vamos defrontar com os valores arrecadados com as custas judiciais, que trata de um montante pequeno, frente a força de arrecadação do governo federal. Em contraponto, demonstraremos o dispêndio total do Poder Judiciário Federal no exercício das funções na atividade típica, que é a solução dos litígios nas diversas esferas de embates por todo o Brasil.

Antes disso, no sentido de enquadrar as custas judiciais no mundo das receitas, objeto deste trabalho, veremos o conceito e classificação de receitas públicas, com base na doutrina e na lei, com ênfase para espécie tributária taxa, tendo em vista que a cobrança pelos serviços prestados pela justiça federal é o propósito deste estudo.

2. METODOLOGIA

O método desenvolvido neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica-documental. O autor procurou examinar os trabalhos escritos pela doutrina complementando com a verificação do arcabouço jurisprudencial sobre o assunto.

3. RECEITAS PÚBLICAS

Receitas públicas é um tema que merece bastante reflexão, tendo em vista o campo enorme de doutrinadores que tratam sobre a matéria adicionado à apresentação de considerações diferentes, além das peculiaridades que a contabilidade pública atrai para o assunto.

3.1. Conceito

Com o advento da Portaria Conjunta nº 2, de 08.08.2007, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 09.08.2007, firmada entre a Secretaria do Tesouro Nacional - STN e a Secretaria de Orçamentos Federal - SOF, foi aprovada a 4ª edição do Manual de Procedimentos das Receitas Públicas que trouxe como novidade o conceito de receita pública observando o enfoque orçamentário e patrimonial.

Esclareça-se que esses conceitos contribuem para diminuir a discrepância entre o conceito de receita para a Administração Pública e para a Administração Privada. Para os entes públicos considera o regime de caixa para a receita orçamentária, todavia, a luz da teoria contábil, aplicada aos entes de direito privado, têm-se o regime de competência para receita.

Dessa forma, a portaria conjunta estabeleceu os dois conceitos:

Enfoque Patrimonial

“Receita é um termo utilizado mundialmente pela contabilidade para evidenciar a variação positiva da situação líquida patrimonial resultante do aumento de ativos ou da redução de passivos de uma entidade.”

Enfoque Orçamentário

“Receita, pelo enfoque orçamentário, são todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas públicas, em qualquer esfera governamental.”

No campo doutrinário, tem-se a definição do mestre Aliomar Baleeiro¹ que diz que receita é:

“a entrada que integrando-se ao patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo, vem acrescer o seu vulto, como elemento novo e positivo.”

Na obra “A Lei 4.320 Comentada” os autores apresentam o seguinte conceito²:

“conjunto de ingressos financeiros com fontes e fatos geradores próprios e permanentes, oriundos da ação e de atributos inerentes à instituição, e que, integrando o patrimônio na qualidade de elemento novo, produz-lhe acréscimos, sem contudo gerar obrigações, reservas ou reinvidicações de terceiros.”

Já a Lei de nº 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Geral de Finanças Públicas – LGFP, traz em seu bojo, especificamente, no art. 11, as seguintes referências à receita:

Art. 11 - A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 20.5.1982)

§ 1º - São Receitas Correntes **as receitas tributárias**, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, **de serviços** e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 20.5.1982)

§ 2º - São Receitas de Capital as provenientes da realização de **recursos financeiros** oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 20.5.1982) Grifado

Veja que a definição constante do Livro do Professor Aliomar Baleeiro trouxe o conceito de receitas como valores que integram ao patrimônio público sem quaisquer restrições ou correspondências no passivo. Em simetria, com a obra do citado mestre, a definição tomada da livro “ A Lei 4.320 Comentada” afirma que receita pública são ingressos que integra o patrimônio público como elemento novo.

Em contradição a posição doutrinaria do professor e coerente com o disposto na portaria conjunta da SOF e STN, a LGFP defende a tese de que receitas públicas decorem de receitas tributárias, que são receitas correntes, como, também são receitas, os recursos oriundos de operações de créditos.

Desta forma, pelo conceito Aliomar Baleeiro, as operações de crédito não seria receita pública, propriamente dita, pois além de não ser um elemento novo ao patrimônio público, cria uma obrigação para o estado, trata-se um conceito menos amplo de receita pública.

Já pelo entendimento positivado no Brasil, receitas públicas têm um conceito mais amplo e decorre de todos os ingressos para fazer frente às despesas públicas. Neste contexto, é que a portaria conjunta pretende dar um equilíbrio no regime da contabilidade pública brasileira apresentando um enfoque patrimonial pela variação contábil do patrimônio em harmonia com a contabilidade geral e as normas internacionais públicas. Outro, pelo enfoque orçamentário, onde receita representa todos os recursos disponíveis para a utilização pelo estado, não importando sua origem e possível modificação no patrimônio público.

Ressalte-se que a conjuntura atual brasileira caminha para uma única uma contabilidade, tanto para as empresas públicas como para as privadas. Ratifica-se tal pensamento pela publicação da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade de nº 1.111, de 05 de dezembro de 2007 que trata da interpretação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público, e da Portaria de nº 184, de 25 de agosto de 2008 do Ministro da Fazenda que labora pela convergência das normas adotadas no setor público Brasileiros às Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas à Administração Pública. Pela importância da matéria, faz-se necessário sua inserção na íntegra:

Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições, que lhe confere o art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e considerando: As competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 5º do Decreto nº 3.589, de 6 de setembro de 2000, complementadas pela atribuição definida no inciso XVII do art. 10 do Anexo 1 do Decreto nº 6.531, de 4 de agosto de 2008, e conforme art. 18 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001;

As transformações verificadas nos últimos anos no cenário econômico mundial, representadas, notadamente, pelo acelerado processo de globalização da economia;

A necessidade de promover a convergência das práticas contábeis vigentes no setor público com as normas internacionais de contabilidade, tendo em vista as condições, peculiaridades e o estágio de desenvolvimento do país;

A importância de que os entes públicos disponibilizem informações contábeis transparentes e comparáveis, que sejam compreendidas por analistas financeiros, investidores, auditores, contabilistas e demais usuários, independentemente de sua origem e localização;

Que a adoção de boas práticas contábeis fortalece a credibilidade da informação, facilita o acompanhamento e a comparação da situação econômico-financeira e do desempenho dos entes públicos, possibilita a economicidade e eficiência na alocação de recursos; e

A necessidade de, não obstante os resultados já alcançados, intensificar os esforços com vistas a ampliar os níveis de convergência atuais, resolve:

Art. 1º Determinar à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, o desenvolvimento das seguintes ações no sentido de promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela International Federation of Accountants - IFAC e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente:

I - identificar as necessidades de convergência às normas internacionais de contabilidade publicadas pela IFAC e às normas Brasileiras editadas pelo CFC;

II - editar normativos, manuais, instruções de procedimentos contábeis e Plano de Contas Nacional, objetivando a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas, em consonância com os pronunciamentos da IFAC e com as normas do Conselho Federal de Contabilidade, aplicadas ao setor público;

III - adotar os procedimentos necessários para atingir os objetivos de convergência estabelecido no âmbito do Comitê Gestor da Convergência no Brasil, instituído pela Resolução CFC nº 1.103, de 28 de setembro de 2007.

Art. 2º A Secretaria do Tesouro Nacional promoverá o acompanhamento contínuo das normas contábeis aplicadas ao setor público editadas pela IFAC e pelo Conselho Federal de Contabilidade, de modo a garantir que os Princípios Fundamentais de Contabilidade sejam respeitados no âmbito do setor público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA

Ministro de Estado da Fazenda

3.2 Classificação das Receitas Públicas (doutrina)

Existem várias classificações sobre as receitas públicas, semelhante ao conceito de receitas públicas, inúmeros professores e teóricos debatem sobre o assunto. Uma das classificações mais completa, listada abaixo, é a que figura no livro do Professor Valdecir Pascoal, intitulado Direito Financeiro e Controle Externo, da Editora Campus.

Quanto ao sentido

- amplo (lato)

É toda entrada de recursos que adentra os cofres públicos, a qualquer título, independentemente de haver contrapartida no passivo. Como exemplo, podemos citar: cauções, fianças, antecipação de receita orçamentária, operações de crédito, receitas efetivas (tributárias) e não efetivas (empréstimos compulsórios).

- restrito

É todo ingresso de recursos que adentra ao patrimônio líquido sem compromisso de devolução posterior. Por exemplo: receita tributária, serviços, patrimonial, alienação de bens, etc.

Quanto à competência do ente federativo

- Federal

São as receitas decorrentes da arrecadação do Governo Federal.

- Estadual

São as receitas pertencentes aos Estados.

- Municipal

São as receitas decorrentes do poder atribuído aos Municípios.

Quanto à regularidade

- ordinárias

São aquelas receitas arrecadadas regularmente em todo o exercício financeiro.

- extraordinárias

Receitas decorrentes de situações excepcionais, como: guerras, calamidade pública, doações. Exemplo: empréstimo compulsório.

Quanto à natureza**-orçamentária**

Receitas que decorrem da lei orçamentária. A LGFP, Lei de nº 4.320/64, define os tipos: receita tributária, patrimonial, contribuições, operação de crédito, etc.

-extra-orçamentária

São todos os ingressos de terceiros que não integram o orçamento e que constituirão obrigações exigíveis no futuro, deixando determinado ente, apenas, como mero depositário. A LGFP no parágrafo único do artigo 3º as define: operações de crédito por antecipação de receita – ARO, cauções, depósitos, consignações, etc,

Quanto à categoria econômica**- correntes**

São as receitas tributárias, patrimoniais, agropecuária, industrial, etc., que servem para o exercício.

- capital

São as receitas provenientes da realização de operações de créditos, inversão financeira, alienação de bens, etc., que atendem, geralmente mais de um período.

Quanto à afetação patrimonial**- efetivas**

Aquelas que contribuem para o acréscimo do patrimônio líquido, ou seja, são fatos modificativos. Como exemplo: receitas correntes.

- não efetivas ou por mutação patrimonial

São as receitas que não aumenta o patrimônio líquido, ou seja, são fatos permutativos: Como exemplo: operações de crédito.

Quanto à coercitividade**- originárias**

São as receitas originadas no patrimônio do Estado, de efeito voluntário. Citamos como exemplo: as receitas patrimoniais e as agropecuárias.

- derivadas

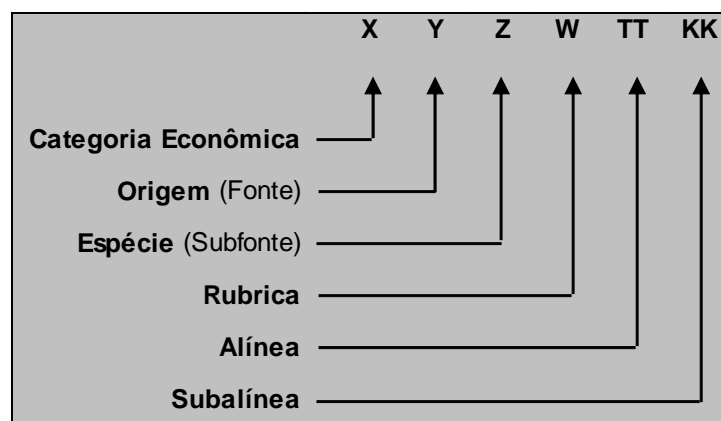
São aquelas decorrentes do poder extroverso do Estado, de efeito compulsório, captadas coercitivamente. Exemplo: Receitas Tributárias.

3.3. Classificação Legal da Receita Orçamentária de acordo com o Manual Técnico Orçamentário – MTO, Secretaria de Orçamento Federal. Brasília, Versão 2008 – 4 e Manual de Procedimentos da Receita Publica – 4ª Edição.

O manual apresenta varias vertentes da receita orçamentárias, conforme a seguir:

- Quanto à natureza orçamentária

A Classificação da receita por natureza orçamentária apresenta a identificação da origem do recurso segundo o fato gerador. Esta classificação foi desdobrada em seis níveis, que formam o código identificador da receita (oito dígitos), como a seguir mostrada no gráfico extraído do MTO³:



- categoria econômica

A receita é classificada em duas categorias: corrente e de capital.

- origem

A origem refere-se ao detalhamento da categoria econômica. Exemplo: Tributária

- espécie

Constitui um detalhamento do nível anterior. Exemplo: Impostos

- rubrica

Segundo o manual, é o nível que detalha com maior precisão a receita especificada: Exemplo: Imposto sobre o patrimônio e a renda

- alínea

É o nome propriamente dito da receita orçamentário. Exemplo: Imposto de Renda e Proventos de qualquer natureza

- subalínea

É o nível mais analítico da especificação da receita. Exemplo Pessoas Físicas

Exemplo: 1.1.1.2.04.10 – Receita corrente, Tributária, Imposto de Renda da Pessoa Física

- Quanto por fontes de recurso (XXX)

A Classificação por fontes de recurso busca mostrar a origem do recurso, conforme seu fato gerador, para isto faz uso de três dígitos.

1º dígito – Grupo fonte de recursos

2º e 3º dígitos – especificação das fontes de recursos

Ex. Fonte 150 – 1 (recursos do Tesouro – Exercício corrente e 50 (recursos próprios não financeiros ou diretamente arrecadados)

- Quanto por Identificado do Resultado Primário

P – Primário e F- Financeiro

Este tipo de classificação destina facilitar a apuração do resultado primário do Estado.

Procura diferenciar as receitas primárias ou não financeiras das receitas financeiras ou não primárias.

A receita é classificada como primária (P) quando seu valor é incluído na apuração do resultado primário. São receitas provenientes de tributos, contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais e de serviços.

Do outro lado, as receitas não primárias ou financeiras (F) são decorrentes, basicamente, de aplicações financeiras, operações de crédito e de juros.

- Quanto por Identificador de Uso - IDUSO

Essa classificação vem a complementar a informação referente à aplicação dos recursos e destina-se a indicar se os recursos orçamentários compõem ou não contrapartida nacional de empréstimos ou de doações e outras aplicações, conforme quadro extraído do MTO⁴:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
0	Recursos não destinados à contrapartida
1	Contrapartida – BIRD
2	Contrapartida – BID
3	Contrapartida de empréstimos com enfoque amplo
4	Contrapartida de outros empréstimos
5	Contrapartida de doações

- Quanto por Destinação da Receita Orçamentária

Classificação adotada recentemente pelo Governo Federal que procura classificar a receita pública consoante a sua destinação legal dos recursos arrecadados, mecanismo conhecido como Destinação da Receita.

Encontramos o conceito de Destinação da Receita no Manual de Procedimentos da Receita Publica – 4ª Edição⁵:

Destinação da Receita Pública: é o processo pelo qual os recursos públicos são vinculados a uma despesa específica ou a qualquer que seja a aplicação de recursos, desde a previsão da receita até o efetivo pagamento das despesas constantes dos programas e ações governamentais. A destinação da Receita Pública, para fins de aplicação, é dividida em ordinária e vinculada.

Destinação Vinculada – é o processo de vinculação de fonte na aplicação de recursos em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela legislação vigente;

Destinação Ordinária – é o processo de alocação livre de fonte parcial ou totalmente não vinculada à aplicação de recursos para atender às finalidades gerais do ente.

A codificação utilizada por esta classificação apresente uma mescla com outras classificações, sendo o código composto por quatro dígitos, e a partir do quinto para atender peculiaridades locais:

1º dígito	ID USO – IDENTIFICADOR DE USO
2º dígito	GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS
3º e 4º dígitos	ESPECIFICAÇÃO DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS
5º em diante	DETALHAMENTO DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS

4. RECEITAS DECORRENTES DO PODER JURISDICIONAL DA UNIÃO

Veremos a seguir a estrutura do Poder Judiciário Federal e os instrumentos legais que fundamentam a instituição do tributo, além da apresentação contábil das custas ou taxas judiciais .

4.1. Composição do Poder Judiciário Federal

São órgãos do Poder Judiciário Federal com poder para estabelecer a cobrança das custas judiciais e emolumentos:

- Supremo Tribunal Federal
- Superior Tribunal de Justiça
- Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais
- Tribunais e Juízes do Trabalho
- Tribunais e Juízes do Militares
- Tribunais e Juízes do Distrito Federal e Territórios

Pertence ao Poder Judiciário Federal, os Tribunais e Juízes do Distrito Federal e Territórios por força do art. 21, que trata da competência da União na Constituição Federal, e no inciso XIII, assevera:

“XIII - organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;”

4.2. Fundamentos legais para a instituição de taxas

É variado o número de dispositivos que estabelece as custas judiciais ou taxas no sistema jurídico brasileiro. Os principais são os artigos 98, já citado, e o 145, inciso II da Constituição Federal, dos quais, as normas infra-constitucionais retiram seu fundamento.

As custas judiciais tem natureza de taxa, uma das espécies tributarias, registrando que a própria Carta Magna traz o campo de atuação deste tributo, vejamos o que diz o inciso II do art. 145:

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

(...)

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

Também, o Código Tributário Nacional – CTN, no art. 77 define o que seja taxa, vejamos:

Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador **o exercício regular do poder de polícia**, ou a utilização, efetiva ou potencial, **de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição**. Grifado

Vimos nos dispositivos acima, que a taxa pode ser cobrada pela união, estados e municípios em duas esferas de competências. Primeira, taxas, em razão do poder de polícia; e segunda, pela oferta de serviços públicos postos a disposição dos contribuintes.

O próprio código tributário define o poder de polícia no art. 78, que é o seguinte:

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. (Redação dada pelo Ato Complementar nº 31, de 28.12.1966)

O Ilustre Ministro do Supremo Tribunal Federal Celso Antonio Bandeira de Mello (1995:428) explica que, “pelo poder de polícia, o Estado, mediante lei, condiciona, limita, o exercício da liberdade e da propriedade dos administrados, a fim de compatibilizá-la com o bem-estar social. Daí que a Administração fica incumbida de desenvolver certa atividade destinada a assegurar que a atuação dos particulares se mantenha consoante as exigências

legais, o que se pressupõe a prática de atos, ora preventivos ora fiscalizadores ora repressivos.”

Desta forma, a taxa pode ser instituída pela restrição imposta pelo estado aos contribuintes, geralmente por uma abstenção, limitando e condicionando a atuação do contribuinte. Por exemplo: a restrição para construção de casas e edifícios .

A outra vertente de cobrança da taxa decorre da prestação de serviços ofertado aos contribuintes. A taxa de serviço dá-se pela utilização efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, conforme afirma o CTN.

Neste último campo de atuação da taxa é que encontramos as custas judiciais. Quando pessoas físicas ou jurídicas deparam com problemas, carecendo de discussão e solução para resolver as suas lides, necessitam de uma parte externa, que de forma equilibrada e justa substitui as pessoas e profere a sua decisão. Esta parte exterior trata-se do Poder Judiciário.

Nessa situação, estará em ação a função jurisdicional do estado, que cobra alguns valores pelos serviços prestados, salvo algumas exceções, em que a justiça é gratuita.

Assim, o estado presta um serviço ao contribuinte, que se dá de forma efetiva e de forma específica e divisível para uma determinada pessoa.

Existem diversas espécies de justiça, como a trabalhista, eleitoral, federal, militar, compostas por juízes, tribunais e cortes superiores. Citamos abaixo algumas normas que estabelecem custas judiciais no âmbito da respectiva justiça.

Justiça Federal⁶

Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996.

Dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências.

Justiça do Trabalho⁷

Lei nº 10.537, de 27 de agosto de 2002.

Altera os arts. 789 e 790 da Consolidação das Leis

do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, sobre custas e emolumentos da Justiça do Trabalho, e acrescenta os arts. 789-A, 789-B, 790-A e 790-B.

Superior Tribunal de Justiça⁸

Lei nº 11.636, de 28 de dezembro de 2007.

Dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Supremo Tribunal Federal⁹

Resolução nº 352, de 17 de janeiro de 2008.

Dispõe sobre as Tabelas de Custas e a Tabela de Porte de Remessa e Retorno dos Autos.

4.3. Classificação orçamentária das Custas Judiciais

De acordo com a classificação vista, anteriormente, a taxa referente as custas e os emolumentos judiciais tem a seguinte classificação por natureza orçamentária:

1.1.2.2.08.00

O primeiro dígito (1) refere a categoria econômica, que neste caso trata de uma **receita corrente**;

O segundo dígito (1) indica a origem da natureza da receita, ou seja, trata do detalhamento da categoria econômica, as receitas correntes dividem-se em tributária, agropecuária, industriais, etc,. A taxa tem natureza **tributária**.

O terceiro dígito (2) indica a espécie da natureza da receita, um detalhamento da categoria anterior. Os tributos se dividem, conforme o CTN, em impostos, taxas e contribuições de melhoria. As custas têm característica de **taxa**.

O quarto dígito (2) informa a rubrica da natureza da receita, um detalhamento da categoria anterior. Conforme foi visto, as taxas podem ser pelo poder de polícia e por prestação de serviços. A taxa custas judiciais enquadra-se no segundo tipo por tratar de prestação de um serviço (jurisdicional) pelo estado. Então, referem-se a **taxas de serviços**.

O quinto e sexto dígitos (08) indicam a alínea da natureza da receita, um detalhamento da categoria anterior. Assim, conforme especificação constante no MTO¹⁰, são a “**Taxa de Emolumentos e Custas Judiciais**”

O sétimo e oitavo dígitos (00) indicam a subalínea da natureza da receita, um detalhamento mais analítico da receita. Neste caso, o detalhamento acabou na alínea, não necessitando de subdivisões da alínea.

Quanto a classificação da receita por fontes, constante do MTO¹¹, temos a rubrica “127 – custas judiciais”. E, neste caso, a norma é clara ao fazer referência somente a terminologia custas judiciais.

Fonte 127 – 1 (recursos do Tesouro – Exercício corrente e 27 custas judiciais)

1º dígito – Grupo fonte de recursos

2º e 3º dígitos – especificação das fontes de recursos

Quanto a classificação da receita por identificador de resultado primário, constante, também, do MTO, trata-se de uma taxa, sendo, então uma receita tributaria. Toda receita tributaria, segundo o CTN, é uma receita efetiva, e, portanto primária ou não financeira.

5. DIFERENÇA ENTRE CUSTAS E EMOLUMENTOS

A taxa é denominada de emolumentos e custas judiciais, todavia há uma diferença entre o que seja custas e emolumentos. Custas judiciais é a retribuição paga pelos serviços decorrente do poder jurisdicional do estado, enquanto que emolumentos são valores recebidos pelos serviços notariais e de registro.

Sabemos, também, que a classificação orçamentária não é um exemplo de exatidão nas suas terminologias. Entretanto, existe uma polêmica ferrenha quanto o caráter tributário ou não dos emolumentos decorrentes dos serviços notariais, que pelo art. 236 da CF são serviços exercidos em caráter privado, por delegação do estado.

Para esta discussão, colocamos excerto do artigo escrito pela Senhora Geresa Corteletti Ronconi (Titular do Registro Civil e Notas de Cariacica-ES)¹², onde apresenta a diferença entre custas e emolumento, além de adentrar em outros assuntos que não cabe nesse trabalho discutir, vejamos:

Não temos nada contra a gratuidade, mas sim contra o ônus que o Estado nos impõe, sendo sucessivos os nossos prejuízos, pela “obrigação” de prestarmos serviços sem sermos ressarcidos das despesas relativas à sua execução, tais como: registros de sentença, registros de interdição e ausência, averbações, segundas vias de toda e qualquer espécie requeridas pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Repartições Públicas, etc..., pois como é do conhecimento de V. Exa., somos Serventia extrajudicial, não oficializada, **NÃO RECEBEMOS CUSTAS E SIM EMOLUMENTOS** e deles sobrevivemos. De acordo com a Lei Estadual nº 4.847/93, entendemos o seguinte: **CUSTAS PROCESSUAIS são as despesas com a realização dos atos judiciais praticados em razão do ofício** (capítulo II – Art. 7º), já os **EMOLUMENTOS...** “são as despesas com atos extrajudiciais praticados em razão do ofício.” (capítulo III, art. 9º) e, a mesma Lei, no seu artigo 26, diz o seguinte: “O pagamento decorrente de atos praticados por serventuários da Justiça da serventia não oficializada ser-lhe-á feito diretamente pelo usuário (seção II – DOS EMOLUMENTOS)”. Com a máxima vênia, Exa., entendemos que CUSTAS referem-se a atos praticados pelas serventias judiciais, bem

como EMOLUMENTOS, referem-se a atos praticados pelas serventias extra-judiciais.

Continuando, ainda na discussão tributária, que apenas superficialmente tratamos, por não ser o objetivo deste estudo, na questão dos emolumentos terem caráter tributário, e, sujeitos a todo arcabouço jurídico que permeia o mundo dos tributos. O autor lança mão de outro excerto, agora, da decisão da Excelentíssima Juíza Fátima Vilas Boas Cruz do Tribunal do Estado de São Paulo no Processo CG - nº 382/2004 – Fls. 1 - (172/04 - E)¹³:

“A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido de que as custas judiciais e os emolumentos concernentes aos serviços notariais e registrais possuem natureza tributária, qualificando-se como taxas remuneratórias de serviços públicos, sujeitando-se, em consequência, quer no que concerne à sua instituição e majoração, quer no que se refere à sua exigibilidade, ao regime jurídico constitucional pertinente a essa especial modalidade de tributo vinculado, notadamente aos princípios fundamentais que proclamam, dentre outras, as garantias essenciais da reserva de competência impositiva da legalidade, da isonomia e da anterioridade”.

6. RECEITAS DE CUSTAS JUDICIAIS VERSUS DESPESA TOTAL DO PODER JUDICIÁRIO

O quadro 1 demonstra a receita arrecadas com as custas judiciais, em seguida, o quadro 2 mostra o percentual de receita judicial frente a despesa judicial. Por último, o gráfico 1 apresenta a mesma relação receita versus despesa.

Valores arrecadado com as Custas Judiciais (2003-2008)

Quadro 1

ANO	VALOR ARRECADADO COM CUSTAS JUDICIAIS R\$ (milhões)
2003	146
2004	171
2005	188
2006	206
2007	275
2008*	305

Fonte: STN

2008 – valor estimado

Percentagem da Custas Judiciais arrecadadas (2003-2008)

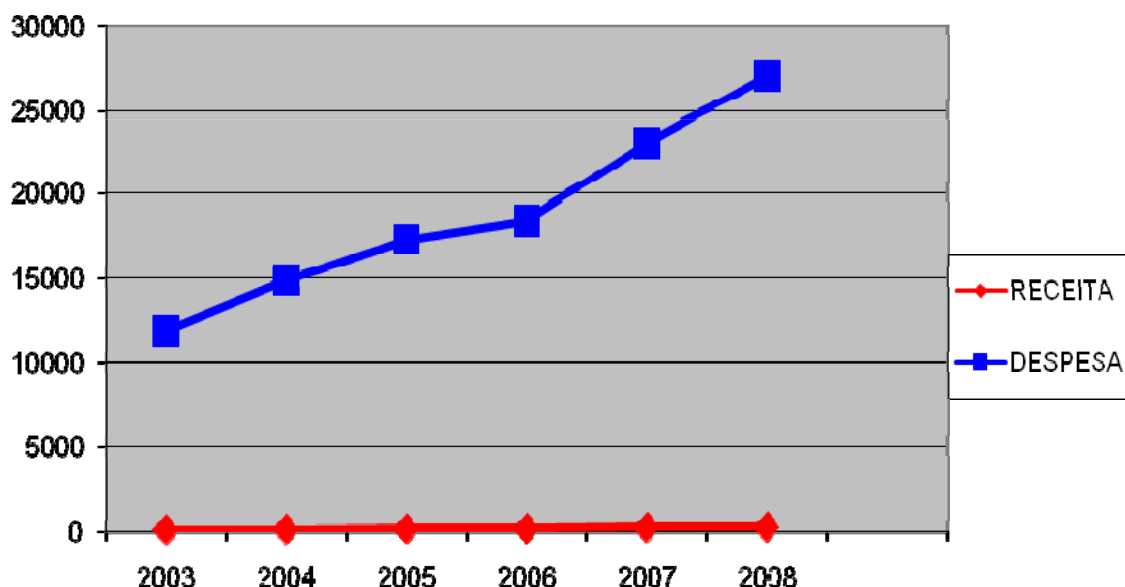
Quadro 2 e Gráfico 1 demonstrando a porcentagem das custas judiciais frente a despesa total do Poder Judiciário Federal

ANO	TOTAL DE DESPESAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL R\$ (milhões)	% DO JUDICIÁRIO NO TOTAL
2003	11.871	1,23
2004	14.901	1,15
2005	17.300	1,09
2006	18.377	1,12
2007	23.073	1,19
2008*	27.092	1,13

Fonte: STN,

2008 – valor estimado

Gráfico 2



Fonte:STN

2008 - estimado

A Participação das receitas decorrentes da função típica do Poder Judiciário é ínfima (Quadro 1) perto da receita total necessária para fazer frente aos gastos.

Se consideramos apenas as custas judiciais, receitas constantes do Quadro 1, verificamos que houve um crescimento substancial das custas nos anos 2003 -2007, passando do valor de 146 (cento e quarenta e seis) milhões de reais em 2003 para 305 (trezentos e cinco) milhões de reais em 2008. Um aumento de 109% na série.

Todavia, se olharmos o Quadro 2, vê-se um aumento maior no total das despesas do Poder Judiciário, passando do valor de 11 (onze) bilhões de reais em 2003 para 27 (vinte e sete) bilhões de reais em 2008. Um aumento de 128 % na série.

Esses dados são comprovados pela análise do Gráfico 1 que demonstra um acréscimo maior nas despesas em relação as receitas de custas judiciais, fazendo com que a relação receitas versus despesa caia no decorrer dos anos.

O Gráfico também mostra quanto é pequeno o montante arrecadado com custas judiciais face ao total de dispêndios que necessita o Poder Judiciário para exercício de suas atribuições. No ano de 2003, as custas judiciais representavam 1.23% do dispêndio total, e para o ano de 2008 estima-se uma porcentagem de 1.13%.

Pela insignificância dos valores arrecadados com custas judiciais, pode-se entender o porquê do Poder Judiciário não ter tido uma preocupação maior na vinculação das suas receitas à aplicação nas suas próprias atividades, e somente em 2004 com a Emenda 45 que se constitucionalizou tal vinculação.

Todavia, em que pese a Constituição Federal estabelecer que os recolhimentos oriundos da atividade jurisdicional sejam aplicados no Poder Judiciário, jamais houve a necessidade de criação de um fundo para o depósito destas receitas. O estabelecimento de uma rubrica própria para o envolvimento das custas judiciais, como visto anteriormente na classificação por fontes de recursos, já foi o suficiente para amarrar os recursos decorrentes do poder jurisdicional do estado.

Alguns estados como o Maranhão e o Rio de Janeiro criaram fundos com vinculação para esses estados das receitas oriundas das custas judiciais. No caso específico do Maranhão, existe o Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário – FERJ, criado pela LEI COMPLEMENTAR N.º 48, de 15 de dezembro de 2000, antes, até, do comando constitucional da Emenda da Reforma do Judiciário.

O Poder Judiciário Federal jamais dependeu das custas para o desenvolvimento das suas atividades constitucionais. Isso decorre de vários motivos que norteiam a estrutura e atribuições deste poder.

Primeiro, o Judiciário sempre teve um orçamento robusto e , dentro dos limites impostos pelo ajustes orçamentários anuais e a situação econômica do país, com recursos suficientes para o exercício da atividade jurisdicional do estado.

Segundo, o Poder Judiciário tem autonomia administrativa, financeira e patrimonial, além de competência legislativa para criação de tribunais e varas especializadas e criação dos cargos e definição da remuneração dos seus servidores.

Terceiro, o valor de custas é tão insignificante frente ao que é necessário para fazer andar a máquina judiciária, que nunca foi uma preocupação do Judiciário a criação de taxas judiciária e conseqüentemente à atualização daquelas existentes.

Uma prova cabal disso, foi que, apenas em 2007, o Superior Tribunal de Justiça criou custas judiciais para os serviços do Tribunal. Antes, a Egrégia Corte não cobrava nada pelas atividades jurisdicionais prestadas aos contribuintes.

7. RECEITA TOTAL DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

Atualmente, a receita total do Judiciário é formada pelas receitas decorrentes das custas judiciais (fonte 127) que representa pouco mais de 1% do total, mais as receitas diretamente arrecadadas (fonte 150) resultantes de serviços administrativos, como por exemplo: serviços de reprografia. E por fim, a fatia maior, oriundas das receitas ordinárias do estado (fonte 100) que são repassadas ao tribunais na forma de descentralização do Tesouro Nacional para o Judiciário que totaliza aproximadamente 98% das receitas do Poder Judiciário Federal.

Fazendo uma síntese das receitas do Poder Judiciário Federal, constante do orçamento federal, podendo ser chamadas de receitas orçamentárias, são as seguintes:

- Receitas arrecadas com custas judiciais: 1% aproximadamente;
- Receitas diretamente arrecadadas: mais 1% aproximadamente; e
- Descentralização Financeira (Cota): 98% aproximadamente.

Além dessas receitas, o Poder Judiciário tem diversos ingressos financeiros nas mais variadas terminologias, como: cauções, fianças, consignações em folha de pagamentos.

Esses ingressos são denominados de receitas extra-orçamentárias, pois não consta no orçamento e tem caráter transitório para o estado, que, normalmente devolve os recursos após o decurso das suas finalidades.

8. CONCLUSÃO

Na busca da resposta das duas questões iniciais, observou-se o montante da receita decorrente do Poder Jurisdicional nos anos de 2003 até 2008, sendo que este último, em valores estimados. Segundo a citada estimativa, o montante para 2008 não passará de 305 (trezentos e cinco) milhões de reais.

Assim foi respondida a primeira indagação deste estudo, quais são os montantes das receitas obtidas na prestação jurisdicional?

Foi verificado, também, que o dispêndio do Judiciário Federal é de aproximadamente 23 (vinte e três) bilhões de reais para o ano de 2008. Aquele valor é insignificante perto deste.

Assim, foi dada resposta a segunda questão, a qual tratava do quanto este montante fazia frente a despesa total do Poder Judiciário Federal. Foi visto que a relação custas judiciais versus despesa total é pequena, para não dizer ínfima.

Todavia, sabe-se que a função típica do Judiciário não é arrecadar receitas para União, de forma, a financiar o Estado. Mas a atividade dominante e constitucional deste poder é a prestação de serviços no julgamento nos mais diversos casos, que são diuturnamente peticionados nas variadas formas de justiça espalhadas por todo o Brasil. Assim, a função do Poder Judiciário Federal é aplicar a lei aos litigantes.

Por fim, percebe-se que o comando constitucional foi estabelecido mais para estabelecer a lógica tributária que não era respeitada. Pois tributos da espécie taxas estavam sendo recolhidos dos contribuintes sem nenhuma vinculação. Ou quando havia vinculação, não seguiam características próprias das taxas.

Tendo em vista que valores arrecadados eram distribuídos a diversos órgãos, deixando unidades do Poder Judiciário que recolhiam as taxas, mas que não recebiam nenhuma parte daquelas taxas, por não haver vinculação.

A Constituição veio estabelecer a afetação dessa receita para todas as situações. O dispositivo constitucional é claro: custas judiciais devem ser aplicadas em atividades inerentes a justiça. Situação que na prática já acontecia, principalmente nos estados, onde foram criados até fundos com as custas judiciais.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ¹. Baleeiro, Aliomar. Uma Introdução à Ciência das Finanças. 15ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 126.
- ². Machado Junior, J. Teixeira. A Lei 4.320 Comentada. 30ª edição. Rio de Janeiro: IBAM, 2000, p. 28.
- ³. Manual Técnico Orçamentário – MTO, Secretaria de Orçamento Federal. Brasília, versão 2008 – 4, p. 20. <www.planejamento.gov.br> - Acesso em: 20/02/2008
- ⁴. Manual Técnico Orçamentário – MTO, Secretaria de Orçamento Federal. Brasília, versão 2008 – 4, p. 52. <www.planejamento.gov.br> - Acesso em: 20/09/2008
- ⁵. Manual de Procedimentos da Receita. Brasília: 4ª Edição, 2007, p. 45. www.stn.fazenda.gov.br - Acesso em: 20/09/2008
- ⁶. Brasil. Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996. Dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo grau e dá outras providências. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 25/07/2008.
- ⁷. _____. Lei nº 10.537, de 27 de agosto de 2002. Altera os arts. 789 e 790 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, sobre custas e emolumentos da Justiça do Trabalho, e acrescenta os arts. 789-A, 789-B, 790-A e 790-B. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 25/07/2008
- ⁸. _____. Lei nº 11.636, de 28 de dezembro de 2007. Dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 25/07/2008.
- ⁹. _____. Resolução nº 352, de 17 de janeiro de 2008. Dispõe sobre as Tabelas de Custas e a Tabela de Porte de Remessa e Retorno dos Autos. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 25/07/2008.
- ¹⁰. Manual Técnico Orçamentário – MTO, Secretaria de Orçamento Federal. Brasília, versão 2008 – 4, p. 102. <www.planejamento.gov.br> - Acesso em: 20/08/2008
- ¹¹. Manual Técnico Orçamentário – MTO, Secretaria de Orçamento Federal. Brasília, versão 2008 – 4, p. 97. <www.planejamento.gov.br> - Acesso em: 20/08/2008.

¹². Ronconi, Gersa Cortoletti . Qual a diferença entre custas e emolumentos. Artigo publicado no sítio <www.sinoerg-es.org.br> - Acesso em: 20/08/2008.

¹³. Jurisprudência do Tribunal de Contas da União. Disponível: <<http://www.tcu.gov.br>> Acesso em: 30/08/2008.

10. BIBLIOGRAFIA

Alexandrino, Marcelo/Paulo, Vicente. Direito Administrativo. 8º edição. Niterói: Impetus, 2005;

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 25/07/2008.

_____. Lei Complementar nº 79, de 07 de Janeiro de 1994. Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 25/07/2008.

_____. Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2001. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 25/07/2008.

_____. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 25/07/2008.

_____. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 25/07/2008.

_____. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 25/07/2008.

_____. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 25/07/2008.

_____. Resolução de nº 1111, de 05 de dezembro de 2007. Conselho Federal de Contabilidade. Interpretação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público. Disponível: <<http://www.cfc.org.br>> Acesso em: 25/07/2008.

_____. Portaria de nº 184, de 25 de agosto de 2008. Ministério da Fazenda. Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. : <<http://www.fazenda.gov.br>> Acesso em: 25/07/2008.

Manual de Procedimentos da Receita.. Brasília: 4ª Edição, 2007. www.stn.fazenda.gov.br - Acesso em: 20/02/2008;

Manual Técnico Orçamentário – MTO, Secretaria de Orçamento Federal. Brasília, versão 2008 - 4. www.planejamento.gov.br - Acesso em: 20/02/2008.

Janczeski, Célio Armando, Valdecir. Taxas: Doutrina e Jurisprudência. Curitiba: Editora Juruá, 2006.

Pascoal, Valdecir. Direito Financeiro e Controle Externo. Brasília: Editora Campus, 2007.

Remígio, Hipólito Gadelha. Custos no Serviço Público – Um modelo aplicado ao custeio dos processos judiciais. Brasília: 2002.